



Memorando 1- 13.257/2023

De: Cayro C. - MEMBROS

Para: CPL-GAB - GABINETE CPL - A/C Isabela S.

Data: 16/02/2023 às 10:32:36

Setores envolvidos:

MEMBROS, CPL-GAB

Resposta ao Ofício 446/2023 da PGM - informações processo 227/23-TCE/MA

À Sua Senhoria o Senhor

IVALDO GUIMARÃES MACIEIRA NETO

Assessor Jurídico

Procuradoria Geral do Município de São Luís

Ilustríssimo Senhor Procurador,

Tendo assumido a condução do certame objeto do Pregão Eletrônico nº 009/2023-CPL-MSL por ocasião das férias do servidor inicialmente designado para presidir o procedimento, passo, a seguir, a responder aos termos do expediente encaminhado pela Procuradoria Geral do Município de São Luís, o que faço nos termos abaixo:

Em resposta ao expediente de número 00446/2023/ASSJUR/PGM-GAB, datado de 15.fev.2023, no qual são solicitados esclarecimentos a respeito de alegações formuladas no bojo de uma Representação processual protocolada junto ao TCE/MA – que objetiva a suspensão do certame relativo ao Pregão Eletrônico nº 009/2023, ao argumento de supostas ilegalidades ocorridas no processo de contratação que objetiva o registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de implantação e suporte local de Sistemas Integrados para Gestão de Saúde Pública – SIGSP, Município de São Luís/MA, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo ainda o treinamento, a manutenção

Assinado por 1 pessoa: CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoluiz.1doc.com.br/verificacao/B589-B16D-7BE0-7941> e informe o código B589-B16D-7BE0-7941

preventiva e corretiva e as customizações necessárias, o treinamento e suporte para os profissionais da saúde envolvidos com a operação de saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde /SEMUS — e, respondendo, pontualmente, ao que foi solicitado no expediente encaminhado por esta douta Procuradoria, informo o seguinte:

1. Primeiramente, esclarece-se que as supostas ilegalidades, imprecisões ou omissões apontadas pelo autor da representação já foram objeto de análise e resposta por parte desta municipalidade, tendo sido parcialmente acolhidas em sede de impugnação ao edital formulada pelo mesmo autor da representação junto ao TCE/MA, conforme abaixo assinalado;
2. Com vistas a facilitar o trabalho desta PGM, enviamos, anexa à presente resposta, além dos esclarecimentos solicitados, cópia integral (e digital) dos autos do processo administrativo referente à citada contratação, até o momento anterior à sua migração para o sistema 1DOC;
3. Conforme se denota do bojo do caderno processual, a contratação almejada foi deflagrada pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), tendo os setores responsáveis do referido órgão procedido à elaboração dos documentos necessários ao início do procedimento. Após isso, por versar sobre matéria afeta à sua esfera de competência, nos termos do decreto municipal nº 56.875/2021, os autos foram encaminhados à Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (SEMIT) que, de seu turno, elaborou documentos complementares relativos à fase interna do procedimento, destinados a embasar a contratação;
4. Verifica-se, ainda, do caderno processual, manifestação emitida pela assessoria jurídica da SEMIT no sentido de se proceder ao registro de preços para a contratação do objeto pretendido, por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico;
5. Uma vez enviados à Central Permanente de Licitação, os autos receberam análise preliminar por parte da Assessoria de Procedimentos Licitatórios deste órgão manifestando-se pela devolução do processo ao órgão solicitante para saneamento de inconformidades encontradas;
6. Após o saneamento das falhas apontadas, os autos seguiram o seu trâmite com vistas à elaboração e aprovação da minuta do edital e posterior publicação do aviso de licitação nos meios legais pertinentes;
7. Divulgado o aviso com o dia e horário para ter lugar a sessão de abertura da licitação, sobreveio impugnação ao edital, formulada nos mesmos moldes da representação protocolada perante o Órgão Estadual de Contas;
8. No que se refere ao questionamento objeto do ponto “i”, qual seja: se, “as supostas ilegalidades e irregularidades apontadas na representação perante o TCE/MA, em relação ao Edital do Pregão nº 009/2023, chegaram a ser suscitadas em sede de impugnação ao Edital no curso do procedimento licitatório”, responde-se de maneira afirmativa. Informamos que foram protocoladas impugnações abordando 05 quesitos, os quais foram devidamente respondidos, tanto via sistema “1doc”, como via e-mail, como também publicada resposta no portal da Prefeitura Municipal de São Luís;
9. Em relação à pergunta contida no ponto “ii”, a saber: se “a sessão do Pregão Eletrônico nº 009/2023 marcada para acontecer no dia 03/02/2023, às 14h30h, conforme Aviso de Licitação publicado no DOM nº 282, de 24/01/2023 chegou a ser efetivamente realizada”, responde-se de maneira negativa. É certo que, em face da impugnação formulada pelo representante, a licitação foi suspensa, à vista da necessidade de se promoverem alterações no bojo do caderno editalício para contemplar a participação de consórcios;

10. No que tange ao questionamento contido no ponto “iii”, isto é: se “*diante das alegações acerca da existência de supostas ilegalidades e irregularidades apontadas na representação cujo teor foi comunicado pela Corte de Contas, há possibilidade e viabilidade de retificação do Edital do Pregão nº 009/2023 de modo a contemplar algum dos pontos suscitados na representação*”, responde-se de modo afirmativo, consoante já referido no item anterior;
11. No que se refere ao questionamento objeto do ponto “iv”, a saber: “*em que fase se encontra atualmente o certame licitatório*”, reiteramos, como dito no item 9, *supra*, que a licitação encontra-se suspensa para adequações no edital, a fim de contemplar a participação de consórcios.

Eram essas as informações e esclarecimentos que tinha a prestar, colocando-me à disposição para eventuais respostas adicionais.

Cayro Sandro Alencar Carneiro

Membro CPL-MSL

Pregoeiro

Matrícula nº 62997

Anexos:

aviso_suspensao_pe_09_2023.pdf

Gmail_resposta_a_impugnacao_PE_09_2023_email_para_impugnante_respondendo_impugnacao.pdf

Resposta_a_Impugnac_a_o_pregao_eletronico_09_2023_semit_ass_dig.pdf

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Visualizar Licitação

09/02/2023 08:26:38

Objeto

Processo 040-17446/2022; Contratação eventual e futura de Empresa Especializada, no fornecimento dos Serviços de implantação e suporte local de Sistemas Integrados para a Gestão de Saúde Pública - SIGSP, do município de SÃO LUÍS / MA, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo ainda o treinamento, a manutenção corretiva e preventiva, e as customizações necessárias, o treinamento e suporte para os profissionais de saúde envolvidos com a

Informações Gerais

Recurso

Tipo de Recurso

Nacional

Origem do Recurso

Outras Origens

Valor da Contrapartida (R\$)

Nº do Contrato

Responsável pela Autorização da Compra

CPF do Responsável

965.041.613-72

Nome

JOEL NICOLAU NOGUEIRA NUNES JUNIOR

Função

Secretário Municipal da Saúde

Divulgação do Aviso de Licitação

Data da Divulgação

24/01/2023

CPF do Responsável

657.150.803-63

Nome

ALEXANDRE SOUZA FARIAS

Função

Pregoeira

Disponibilidade do Edital

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 24/01/2023

Período da Disponibilidade do Edital

Das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:59

Endereço

Logradouro

Avenida Pedro II, S/nº - Centro - Palacio de La Ravardiere

Bairro

Centro

Município/UF

9210 - São Luís/MA

DDD

98

Telefone

32272749

Ramal

Fax

Entrega da Proposta

A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico:

www.gov.br/compras

Abertura da Licitação

Em 03/02/2023 às 14:30 no endereço eletrônico:

www.gov.br/compras

Informações Adicionais do Aviso de Licitação

Data/Hora da Disponibilização para Divulgação

23/01/2023 às 15:21

CPF do Responsável pela Disponibilização para Divulgação

657.150.803-63

Históricos de Eventos

Evento	Situação do Evento	Data da Publicação/Divulgação	Ação
Suspensão	Divulgado	09/02/2023	Visualizar

Licitação Original

Edital / Relação de Itens

Grupos

Itens

Nova Pesquisa de Licitações



Cayro Carneiro <cayrocarneiro@gmail.com>

resposta a impugnação PE 09 2023

1 mensagem

Cayro Carneiro <cayrocarneiro@gmail.com>

14 de fevereiro de 2023 às 11:43

Para: rafaelsabbadini@adv.oabsp.org.br, sfalexandre81@gmail.com

DECISÃO DO PREGOEIRO QUANTO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**Pregão Eletrônico – SRP nº 009/2023****Processo Administrativo nº 040-17446/2022****UASG: 980921– CPL/PMSL**

Objeto: Contratação eventual e futura de Empresa Especializada, no fornecimento dos Serviços de implantação e suporte local de Sistemas Integrados para a Gestão de Saúde Pública - SIGSP, do município de SÃO LUÍS / MA, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo ainda o treinamento, a manutenção corretiva e preventiva, e as customizações necessárias, o treinamento e suporte para os profissionais de saúde envolvidos com a operação da Solução, por um período de 24 (vinte e quatro) meses..

RELATÓRIO SINTÉTICO DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**1 - DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente, é importante ressaltar a tempestividade da peça impugnatória, haja vista que o edital prevê que a mesma poderá ser feita “em até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas”.

2 - DOS FATOS

Os fatos, da Impugnação cingem acerca de;

2.1. DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.

-

Assinado por 1 pessoa: CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoluis.1doc.com.br/verificacao/B589-B16D-7BE0-7941> e informe o código B589-B16D-7BE0-7941



2.2. DA OMISSÃO QUANTO A VISITA TÉCNICA

2.3. DA OBSCURIDADE DO OBJETO – MÓDULO DE INTEGRAÇÃO

2.4. DA EXIGÊNCIA DESSARAZOADA DA ENTREGA DE DICIONÁRIO DE DADOS.

2.5 EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIFICAÇÃO,

3 - DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Primeiramente cumpre ressaltar que esta Prefeitura Municipal de São Luís - MA atua sempre à luz da legalidade, buscando sempre estar em consonância à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares e princípios correlatos pertinentes à espécie que regem todo o processo licitatório.

Foi realizada consulta junto à área técnica demandante desta licitação, para que se manifestasse quanto as alegações feitas pela impugnante, as quais replico abaixo:

QUESTIONAMENTO DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.

RESPOSTA, Os consórcios são coligações despersonalizadas de empresas constituídas, pela via contratual, com vistas a executar determinado empreendimento em conjunto, conforme a disciplina jurídica dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/76. O instituto calca-se na autonomia recíproca dos que se associam para a persecução de um objetivo empresarial comum que, muito provavelmente, não seria alcançado somente com a capacidade individual de cada consorciado, seja por razões de ordem técnica, seja por motivos econômico-financeiros. Algumas demandas, públicas ou privadas, por sua dilatada magnitude ou elevada complexidade, só logram ser satisfeitas através dessa ferramenta societária. No âmbito do Direito Administrativo, a Lei das Licitações (art. 33) e a Lei das Concessões (art. 19) expressamente autorizam que o ente promotor da licitação admita a participação de consórcios.

Portanto, sempre que o objeto licitado for marcadamente vultuoso ou de composição complexa e inhomogênea, o ente licitante deverá obrigatoriamente admitir a participação de coligações empresárias no certame. Em outras palavras, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores impõem a admissão de consórcios em grandes ou heteróclitas licitações – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz.

Assinado por 1 pessoa: CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoluiz.1doc.com.br/verificacao/B589-B16D-7BE0-7941> e informe o código B589-B16D-7BE0-7941



QUESTIONAMENTO: DA OMISSÃO QUANTO A VISITA TÉCNICA.

RESPOSTA: Trata-se de Software 100% web, o que torna dispensável a necessidade de visita ao local atendido para avaliação de custo, o único serviço prestado in loco apontado pelo Termo de Referência é o serviço de suporte, contudo, este é feito sob demanda e com ônus de despesas de deslocamento e permanência de equipe por conta da CONTRATADA

QUESTIONAMENTO DA OBSCURIDADE DO OBJETO – MÓDULO DE INTEGRAÇÃO

RESPOSTA, Os profissionais de saúde pública da rede municipal possuem a necessidade de inserir as informações provenientes do seu trabalho em diversos sistemas das redes de saúde estaduais e Federal. As solicitações de integração se dão por consequência do objetivo de evitar o retrabalho constante das equipes. Os sistemas cujas integrações são solicitadas são reconhecidos nacionalmente, portanto, suas documentações são de caráter público

QUESTIONAMENTO DA EXIGÊNCIA DESSARAZOADA DA ENTREGA DE DICIONÁRIO DE DADOS

RESPOSTA, Conforme o Termo de Referência estabelece, durante a vigência do contrato e após o seu término, o banco de dados utilizado pelo Sistema será de propriedade da CONTRATANTE, desta forma, os dados gerados e gerenciados pelo sistema que será contratado, e consequentemente, os metadados, incluindo o referido dicionário de dados, também são de propriedade da CONTRATANTE. Quanto ao acesso a esses dados, este será realizado pela equipe técnica responsável pelo monitoramento e análise desses dados, que é uma atribuição desta Secretaria. A qual segue o princípio da boa fé na administração pública, não divulgando de nenhuma forma indevida dados sensíveis, conforme legislação vigente

QUESTIONAMENTO EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIFICAÇÃO.

RESPOSTA Não é verdade que o Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pelo Município de São Luís/MA, seja um requisito para a habilitação.

Referido edital deixa bem claro que a empresa **poderá** apresentar o Certificado de Registro Cadastral do Município de São Luis.

Desta forma resta claro que, ao se exigir o CRC já emitido junto à municipalidade, o edital não afronta o princípio da isonomia tampouco o da impessoalidade conforme alega o impugnante, haja vista, que toda documentação comprobatória e que corresponde à mesma solicitada no edital já foi anteriormente apresentada. O município ao regulamentar essa questão não cerceia a ninguém a possibilidade de se registrar e obter o CRC, ou seja, qualquer pessoa jurídica pode obtê-lo. Muito pelo contrário, tal regulamentação visa tão somente a minimizar custos de transação primando pelo princípio da



economicidade bem como tentando dinamizar os processos licitatórios tornando-os mais céleres com o objetivo de exercer com mais eficácia a praxe administrativa e atender com mais presteza a população

Por todo o exposto, considerando os princípios basilares que regem a administração pública e subsidiada pelas respostas emitidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA – SEMIT, **DECIDO**, conhecer a presente impugnação e, no mérito, julgá-la **PROCEDENTE, quanto a possibilidade de participação de empresas na forma de consórcio.**

São Luís - MA, 14 de fevereiro de 2023.

CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO

Pregoeiro - CPL/PMSL/MA

Portaria nº 321/2023

Assinado por 1 pessoa: CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saoluis.1doc.com.br/verificacao/B589-B16D-7BE0-7941> e informe o código B589-B16D-7BE0-7941





PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECISÃO DO PREGOEIRO QUANTO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico – SRP nº 009/2023

Processo Administrativo nº 040-17446/2022

UASG: 980921– CPL/PMSL

Objeto: Contratação eventual e futura de Empresa Especializada, no fornecimento dos Serviços de implantação e suporte local de Sistemas Integrados para a Gestão de Saúde Pública - SIGSP, do município de SÃO LUÍS / MA, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo ainda o treinamento, a manutenção corretiva e preventiva, e as customizações necessárias, o treinamento e suporte para os profissionais de saúde envolvidos com a operação da Solução, por um período de 24 (vinte e quatro) meses..

RELATÓRIO SINTÉTICO DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, é importante ressaltar a tempestividade da peça impugnatória, haja vista que o edital prevê que a mesma poderá ser feita “em até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas”.

2 - DOS FATOS

Os fatos, da Impugnação cingem acerca de;

2.1. DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.

2.2. DA OMISSÃO QUANTO A VISITA TÉCNICA

2.3. DA OBSCURIDADE DO OBJETO – MÓDULO DE INTEGRAÇÃO

2.4. DA EXIGÊNCIA DESSARAZOADA DA ENTREGA DE DICIONÁRIO DE DADOS.

2.5 EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIFICAÇÃO,

3 - DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Primeiramente cumpre ressaltar que esta Prefeitura Municipal de São Luís - MA atua sempre à luz da legalidade, buscando sempre estar em consonância à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares e princípios correlatos pertinentes à espécie que regem todo o processo licitatório.

Foi realizada consulta junto à área técnica demandante desta licitação, para que se manifestasse quanto as alegações feitas pela impugnante, as quais replico abaixo:

QUESTIONAMENTO DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESPOSTA, Os consórcios são coligações despersonalizadas de empresas constituídas, pela via contratual, com vistas a executar determinado empreendimento em conjunto, conforme a disciplina jurídica dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/76. O instituto calça-se na autonomia recíproca dos que se associam para a persecução de um objetivo empresarial comum que, muito provavelmente, não seria alcançado somente com a capacidade individual de cada consorciado, seja por razões de ordem técnica, seja por motivos econômico-financeiros. Algumas demandas, públicas ou privadas, por sua dilatada magnitude ou elevada complexidade, só logram ser satisfeitas através dessa ferramenta societária. No âmbito do Direito Administrativo, a Lei das Licitações (art. 33) e a Lei das Concessões (art. 19) expressamente autorizam que o ente promotor da licitação admita a participação de consórcios.

Portanto, sempre que o objeto licitado for marcadamente vultoso ou de composição complexa e inomogênea, **o ente licitante deverá obrigatoriamente admitir a participação de coligações empresárias no certame.** Em outras palavras, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores impõem a admissão de consórcios em grandes ou heteróclitas licitações – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz.

QUESTIONAMENTO: DA OMISSÃO QUANTO A VISITA TÉCNICA.

RESPOSTA: Trata-se de Software 100% web, o que torna dispensável a necessidade de visita ao local atendido para avaliação de custo, o único serviço prestado in loco apontado pelo Termo de Referência é o serviço de suporte, contudo, este é feito sob demanda e com ônus de despesas de deslocamento e permanência de equipe por conta da CONTRATADA

QUESTIONAMENTO DA OBSCURIDADE DO OBJETO – MÓDULO DE INTEGRAÇÃO

RESPOSTA, Os profissionais de saúde pública da rede municipal possuem a necessidade de inserir as informações provenientes do seu trabalho em diversos sistemas das redes de saúde estaduais e Federal. As solicitações de integração se dão por consequência do objetivo de evitar o retrabalho constante das equipes. Os sistemas cujas integrações são solicitadas são reconhecidos nacionalmente, portanto, suas documentações são de caráter público

QUESTIONAMENTO DA EXIGÊNCIA DESSARAZOADA DA ENTREGA DE Dicionário DE DADOS

RESPOSTA, Conforme o Termo de Referência estabelece, durante a vigência do contrato e após o seu término, o banco de dados utilizado pelo Sistema será de propriedade da CONTRATANTE, desta forma, os dados gerados e gerenciados pelo sistema que será contratado, e consequentemente, os metadados, incluindo o referido dicionário de dados, também são de propriedade da CONTRATANTE. Quanto ao acesso a esses dados, este será realizado pela equipe técnica responsável pelo monitoramento e análise desses dados, que é uma atribuição desta Secretaria. A qual segue o princípio da boa fé na administração pública, não divulgando de nenhuma forma indevida dados sensíveis, conforme legislação vigente

QUESTIONAMENTO EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIFICAÇÃO.

RESPOSTA Não é verdade que o Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pelo Município de São Luís/MA, seja um requisito para a habilitação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Referido edital deixa bem claro que a empresa **poderá** apresentar o Certificado de Registro Cadastral do Município de São Luís.

Desta forma resta claro que, ao se exigir o CRC já emitido junto à municipalidade, o edital não afronta o princípio da isonomia tampouco o da impessoalidade conforme alega o impugnante, haja vista, que toda documentação comprobatória e que corresponde à mesma solicitada no edital já foi anteriormente apresentada. O município ao regulamentar essa questão não cerceia a ninguém a possibilidade de se registrar e obter o CRC, ou seja, qualquer pessoa jurídica pode obtê-lo. Muito pelo contrário, tal regulamentação visa tão somente a minimizar custos de transação primando pelo princípio da economicidade bem como tentando dinamizar os processos licitatórios tornando-os mais céleres com o objetivo de exercer com mais eficácia a praxe administrativa e atender com mais presteza a população

Por todo o exposto, considerando os princípios basilares que regem a administração pública e subsidiada pelas respostas emitidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA – SEMIT, **DECIDO**, conhecer a presente impugnação e, no mérito, julgá-la **PROCEDENTE**, quanto a possibilidade de participação de empresas na forma de consórcio.

São Luís - MA, 14 de fevereiro de 2023.

CAYRO SANDRO
ALENCAR CARNEIRO

Assinado de forma digital por CAYRO
SANDRO ALENCAR CARNEIRO
Dados: 2023.02.14 15:59:03 -03'00'

CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO

Pregoeiro - CPL/PMSL/MA
Portaria nº 321/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B589-B16D-7BE0-7941

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO (CPF 459.XXX.XXX-49) em 16/02/2023 10:34:02

(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saoluis.1doc.com.br/verificacao/B589-B16D-7BE0-7941>



Memorando 2- 13.257/2023

De: Isabela S. - CPL-GAB

Para: PGM - Procuradoria-Geral do Município

Data: 16/02/2023 às 10:53:07

Setores envolvidos:

PGM, CPL, MEMBROS, CPL-GAB

Resposta ao Ofício 446/2023 da PGM - informações processo 227/23-TCE/MA

À Sua Senhoria o Senhor

IVALDO GUIMARÃES MACIEIRA NETO

Assessor Jurídico

Procuradoria Geral do Município de São Luís

NESTA

ASSUNTO: Resposta ao ofício 00446/2023/ASSJUR/PGM-GAB.

Senhor Procurador,

Em resposta ao expediente de número 00446/2023/ASSJUR/PGM-GAB, datado de 15.fev.2023, encaminhamos, em anexo, as informações prestadas pelo Pregoeiro substituto, responsável pela atual condução do certame objeto do Pregão Eletrônico nº 009/2023-CPL-MSL que tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de implantação e suporte local de Sistemas Integrados para Gestão de Saúde Pública – SIGSP, Município de São Luís/MA, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo ainda o treinamento, a manutenção preventiva e corretiva e as customizações necessárias, o treinamento e suporte para os profissionais da saúde envolvidos com a operação de saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde /SEMUS

Sendo só para o momento, na oportunidade, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

WASHINGTON RIBEIRO VIÉGAS NETTO

Presidente da Central Permanente de Licitação

—
Isabela Martins
Gabinete CPL



Anexos:

PROC_040_55149_2022.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 75C0-AF80-4F1C-AEFE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WASHINGTON RIBEIRO VIÉGAS NETTO (CPF 492.XXX.XXX-91) em 16/02/2023 10:54:05
(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saoluis.1doc.com.br/verificacao/75C0-AF80-4F1C-AEFE>



Anexo não disponível para exportação

PROC_040_55149_2022.pdf

Consulte o documento digital na plataforma 1Doc para ter acesso a este arquivo:

Memorando 13.257/2023